

Lição 14 - O Princípio do Movimento nos Seres Vivos. O Que Ele Não É

TEXTO 432a15-433a8 - LIVRO III, CAPÍTULO IX

O PRINCÍPIO DO MOVIMENTO NOS SERES VIVOS

O QUE ELE NÃO É

Uma vez que a alma é definida por duas potências encontradas nos seres animados, uma, o discernimento, obra do intelecto e da sensação, a outra, o movimento por locomoção; e como já se decidiu algo sobre a sensação e o entendimento, devemos agora considerar o que pode ser o fator motor na alma: se esta é uma parte única dela, separada espacialmente ou por definição, ou a alma inteira; e, se é uma parte da alma, se é uma parte especial, diferente daquelas geralmente reconhecidas e já tratadas, ou alguma entre estas. § 795

Uma dificuldade surge de imediato quanto a como é possível falar de partes da alma, ou dizer quantas são. Pois, de certo modo, seu número parece ser infinito e não apenas, como alguns dizem, as partes racional, irascível e concupiscível; ou, como outros dizem, a racional e a irracional. §§ 796-7

Pois, segundo as diferenças pelas quais estas são distinguidas, outras partes parecem mostrar maior diversidade do que vemos naquelas recém-mencionadas. Em particular: a parte vegetativa, que está nas plantas e em todos os seres vivos; e a sensitiva, que não se pode colocar facilmente entre os elementos irracionais ou racionais. §§ 798-800

Além disso, há a potência imaginativa, que parece em essência ser bastante diferente de qualquer outra. Com qual destas outras ela é idêntica, ou de qual difere, são problemas difíceis: se devemos supor que as partes da alma são separadas. § 801

Ademais, há a faculdade apetitiva, que, tanto por sua noção quanto como capacidade, parece ser diversa de todas as outras; e seria irracional dividi-la. Pois a vontade opera na parte racional, o desejo e a ira na irracional; e se a alma está em três partes, a apetição estará em cada uma. §§ 802-6

Mas, para chegar à matéria que agora temos diante de nós: o que é que move o animal por movimento local? Pois o movimento que está em todos os animais, pelo qual crescem e decaem, certamente pareceria ser devido ao princípio de geração e nutrição. Da respiração e exalação, sono e vigília, devemos tratar mais tarde: estes também levantam muitas dificuldades. § 807

Mas do movimento local: o que, devemos considerar, é que move um animal de um lugar para outro? Obviamente não é a potência vegetativa. Pois um movimento deste tipo é sempre direcionado a um fim, e é acompanhado por fantasia ou desejo. Pois nada se move a menos que com desejo ou aversão, exceto sob compulsão. § 808

Além disso: as plantas também se moveriam, e possuiriam alguma parte orgânica adequada para tal movimento. § 809

Da mesma forma, não é a potência sensitiva. Muitos animais dotados de sensação são fixos e imóveis por toda a vida. Contudo, se a Natureza nada faz em vão e nunca é deficiente no que é necessário (exceto em espécimes imperfeitos ou danificados; mas tais animais são completos e não defeituosos, e há prova disso no fato de que se reproduzem, crescem e decaem), segue-se que deveriam também ter as partes necessárias para se moverem. §§ 810-11

Tampouco a faculdade de raciocínio, ou o que se chama intelecto, é o poder motor; pois a função especulativa não considera em vista da ação e nada tem a dizer sobre o evitável ou o desejável. Mas o movimento é sempre a evitação ou a busca de algo. Nem, mesmo quando considera algo desse tipo, ordena imediatamente a busca ou a evitação — por exemplo, frequentemente pensa em algum objeto de terror ou deleite, mas sem incitar o medo; embora o coração se mova, ou, no caso de algo prazeroso, alguma outra parte. §§ 812-15

Além disso; quando a mente e o entendimento ordenam a evitação ou a busca, a alma não se move [de acordo] mas age segundo o desejo, como no caso do incontinente. E, em geral, observamos que quem conhece a arte da medicina não [necessariamente] cura — como se fosse função de algum poder diferente da ciência agir segundo a ciência. § 816

Mas nem mesmo a apetição impera tal movimento. Pois os que se abstêm não agem segundo seus desejos, mesmo enquanto estão realmente querendo e desejando; em vez disso, obedecem à razão. § 817

COMENTÁRIO DE SÃO TOMÁS

LIÇÃO QUATORZE

§ 795. Após estudar a alma em suas partes vegetativa, sensitiva e intelectiva, o Filósofo agora a considera como sujeito de movimento. Introduzindo o problema, observa primeiramente que os antigos filósofos definiram o princípio vital dos animais em termos de duas capacidades: a capacidade de discernir ou conhecer, que é função do intelecto e do sentido; e a capacidade de se mover de um lugar para outro. É com esta última capacidade que nos preocupamos agora. Queremos entender o princípio do movimento em relação à alma: se, sendo uma parte da alma, ele é realmente separado espacialmente das outras partes, de modo que está localizado em uma

parte especial do corpo, como supunham os platônicos; ou, pelo contrário, separável apenas no pensamento; se talvez não seja uma parte, mas a alma inteira; e se, concedido que é apenas uma parte, é ou não distinto das partes usualmente enumeradas, e distinto daquelas já estudadas neste tratado.

§ 796. Em seguida, em 'Uma dificuldade etc.', inicia uma seção controversa, que por si mesma o leva, em 'Parece que há duas', a certas conclusões. Esta seção contém duas partes: (1) um argumento contra uma certa divisão dos poderes da alma; e (2) um argumento, em 'Mas do movimento local', concernente especialmente ao princípio motor como parte da alma. Quanto a (1) ele primeiro expõe uma divisão dos poderes da alma feita por alguns filósofos, e então, em 'Pois de acordo com', a contesta.

Começa então dizendo que nos deparamos, no início de nossa investigação, com o problema de dividir os poderes da alma. Qual deveria ser o princípio dessa divisão, e quantos poderes existem? Pareceu a alguns que o número desses poderes era infinito, i.e., bastante indeterminável; e esta seria de fato a verdade se todo ato ou movimento na alma tivesse que ser atribuído à sua própria parte distinta. Assim, pareceria inadequado dividir a alma, como alguns fazem, em uma parte racional, uma parte irascível e uma parte apetitiva (i.e., concupiscível); pois estas incluem apenas os poderes motores da alma.

§ 797. E se outros fazem a linha divisória cair entre os poderes que participam da razão e aqueles que não participam, esta divisão, embora abrangente o suficiente em certo sentido, não é exatamente relevante para as partes da alma como tais, mas apenas para as partes da alma racional; e assim Aristóteles a usa na *Ética*.

§ 798. Em seguida, em 'Pois de acordo com as diferenças', ele traz várias objeções contra essas divisões. (1) Concedido que as diferenças mencionadas entre as várias partes da alma são verdadeiramente diferenças, elas não são as únicas; a alma tem outras partes, já mencionadas neste Tratado, que diferem ainda mais entre si. Por exemplo, em todas as plantas e animais (e assim em todos os seres vivos) existe a parte vegetativa; e em todos os animais a parte sensitiva; e estas duas obviamente diferem entre si, e também das partes racional, irascível e concupiscível, mais do que estas duas últimas partes entre si. No entanto, nenhuma está incluída nas divisões dadas acima.

§ 799. Não, está claro, na primeira divisão: pois nem a vegetabilidade nem a sensibilidade podem ser chamadas de racionais, irascíveis ou concupiscíveis. Novamente, passando à segunda divisão, Aristóteles mostra que nem a vegetatividade nem a sensibilidade são por ela visadas. É difícil, ele diz, identificar qualquer uma delas com o que participa ou não da razão.

§ 800. Que nenhuma delas é de natureza racional é óbvio; mas podemos também mostrar que nenhuma é irracional. Pois o irracional significa o que é antirracional ou carece de uma racionalidade que deveria possuir; e nenhuma das partes mencionadas é tal. Ao passo que se alguém simplesmente as chamasse de não racionais, elas não constituiriam, propriamente falando, uma classificação dos poderes da alma. Claramente, então, as divisões mencionadas são inadequadas.

§ 801. (2) Então, em 'Além disso, há', ele observa que é muito difícil decidir se a imaginação, que certamente pode ser distinguida no pensamento do resto da alma, é ou não realmente a mesma coisa que qualquer um dos poderes já mencionados; especialmente se seguíssemos aqueles que dizem que as partes da alma são seres realmente separados.

§ 802. (3) Então novamente, em 'Além disso, há', ele observa que a capacidade apetitiva parece distinta, tanto no pensamento quanto como potência real, de outras partes da alma. Ora, supondo que a alma fosse assim dividida em uma parte racional e uma parte irracional, de modo que cada uma fosse uma coisa distinta da outra, seria necessário 'desmembrar', i.e., dividir a capacidade apetitiva da mesma maneira — um procedimento muito questionável; e no entanto esta capacidade é certamente em parte racional ou volitiva, e em parte irracional (as partes irascível e concupiscível). Similarmente, se adicionarmos a parte irascível como uma coisa distinta às partes racional e irracional da alma, deveríamos postular uma força apetitiva diferente em cada uma: em uma, uma força volitiva, em outra, uma força irascível, e na terceira, uma força concupiscível; fazendo três coisas distintas desse tipo.

§ 803. Mas surge agora a questão de por que a parte sensitiva da alma tem duas capacidades apetitivas, a irascível e a concupiscível, enquanto há apenas uma força apetitiva racional, a vontade. Respondo que as potências diferem de acordo com os termos objetivos de seus atos; e o termo objetivo do apetite é o bem como apreendido.

§ 804. O intelecto e os sentidos apreendem o bem de modo diferente: o intelecto o apreende sob uma ideia geral de bondade; mas os sentidos, nesta ou naquela determinação particular. E é por isso que há apenas um tipo de apetite que segue a apreensão intelectual, enquanto o desejo que surge da apreensão sensível se divide segundo os diversos tipos de bem apreendido. Pois algumas coisas parecem boas aos sentidos simplesmente por proporcionarem prazer; e a esse tipo de bondade responde o apetite concupiscível. Mas outras coisas parecem boas e desejáveis como algo que culmina em prazer, na medida em que, por meio delas, alguém é capacitado a desfrutar livremente de coisas prazerosas; e a esse bem corresponde o apetite irascível, que luta, por assim dizer, em favor do concupiscível. Assim, os animais só se irritam e lutam por coisas que lhes proporcionarão prazer, isto é, quando estão caçando ou acasalando, como se diz no Livro VI da *História dos Animais*.

§ 805. Portanto, todo movimento do apetite irascível começa e termina num movimento do apetite concupiscível. A ira surge de uma tristeza e cessa em um prazer; pois os irados encontram satisfação em punir. Por isso, alguns dizem que superar obstáculos é o objeto preciso do apetite irascível.

§ 806. Mas é bastante irracional dizer, como alguns fazem, que a função específica desse apetite é evitar males. Pois uma mesma potência lida com contrários — como a visão com o preto e o branco; logo, o bem e o mal não podem, por si mesmos, diferenciar a potência apetitiva. Assim, assim como amar um bem pertence ao apetite concupiscível, odiar um mal também lhe pertence (como diz Aristóteles no Livro IX da *Ética*); e, de modo semelhante, tanto a esperança do bem quanto o temor do mal pertencem ao apetite irascível.

§ 807. Em seguida, em 'Mas para chegarmos', observa-se que o que estamos atualmente preocupados em elucidar (o princípio do movimento local nos animais) não parece ser explicado pelas divisões mencionadas; e que isso é um ponto adicional contra estas. Ora, é claro que os movimentos de crescimento e declínio, comuns a todos os seres vivos, surgem de algum princípio gerativo e vegetativo comum; enquanto certas outras mutações, como inspirar e expirar, ou dormir e acordar, não são nada fáceis de explicar e requerem ser tratadas separadamente mais adiante.

§ 808. Então, em 'Mas do movimento local', ele pergunta qual é o princípio do movimento local nos animais. E mostra primeiro que não é o princípio vegetativo; segundo, em 'Da mesma forma', que não é a sensibilidade; terceiro, em 'Nem é a faculdade racional', que não é o intelecto; e quarto, em 'Mas nem mesmo a apetição', que não é a potência apetitiva.

Que não é o princípio vegetativo, ele prova com dois argumentos. O primeiro é o seguinte. O movimento local de um lugar para outro é sempre ocasionado por algo que o animal imagina e deseja; nenhum animal se move (exceto sob compulsão) a menos que queira ou se afaste de algo. Mas, como o princípio vegetativo é desprovido de imaginação e desejo, não pode ser o princípio desse tipo de movimento local.

§ 809. O segundo argumento em 'Além disso: as plantas' é o seguinte. Se a parte vegetativa fosse esse princípio, todas as plantas se moveriam dessa maneira e seriam dotadas dos órgãos necessários para tal: o que obviamente não fazem nem têm. Portanto...

§ 810. Em seguida, em 'Da mesma forma', ele mostra que a sensibilidade não é o princípio que buscamos. Pois, se o fosse, todo animal teria o poder de se mover de um lugar para outro. Mas muitos animais, embora capazes de sensação, são fixos em um lugar e imóveis enquanto vivem.

§ 811. E para responder à objeção de que talvez a razão pela qual tais animais são imóveis seja a falta, não do princípio, mas dos órgãos de movimento, ele acrescenta que a Natureza nunca é sem propósito: ela nunca deixa de prover o que é necessário para um dado animal, a menos que este animal seja deformado ou um monstro; e tais monstros são exceções ao curso normal da natureza, sendo causados por algum defeito ou outro na semente parental. Ora, esses animais imóveis são perfeitos à sua maneira, não deformados como monstros: geram descendência à sua semelhança e crescem e declinam de modo bastante normal. Neles, portanto, a Natureza não age sem propósito nem falha no que é necessário para a vida. Se, então, fossem dotados de um princípio motor, também teriam órgãos de movimento; caso contrário, esse princípio seria inútil, por não estar equipado com os instrumentos necessários. Note-se que esse raciocínio implica que, onde quer que exista um princípio vital, ali também se encontrará um aparato orgânico correspondente; e que as partes de um corpo vivo servem às potências de sua alma.

§ 812. Em seguida, onde diz 'Nem é a faculdade racional', ele mostra que nem mesmo a mente é o princípio motor que buscamos. Suas palavras, 'nem é a faculdade racional... chamada intelecto', indicam, de passagem, que a razão e o intelecto não são partes distintas da alma. O intelecto é chamado de 'razão' na medida em que chega às verdades inteligíveis por um processo de investigação.

§ 813. Que o intelecto não é o princípio do movimento, ele prova primeiro com relação ao intelecto especulativo. Na medida em que a mente meramente considera coisas que são simplesmente objetos de especulação, e não coisas a serem feitas (por exemplo, que um triângulo tem três ângulos iguais a dois retos), ela obviamente não está preocupada com a ação e não emite juízo sobre o que deve ser evitado ou perseguido. Nesse estado, portanto, a mente não inicia movimento algum; pois todo movimento é uma busca ou um afastamento de algo, por meio da apetição.

§ 814. Novamente, a mente às vezes considera algo a ser feito, mas não de modo prático ou efetivo, e sim apenas especulativamente — considerando-o universalmente, e não tendo em vista uma ação particular. Assim, ele diz que, na medida em que a mente 'especulativa' considera 'algo desse tipo', isto é, como o intelecto considera até mesmo um assunto prático de modo meramente especulativo, ainda não toma decisão alguma sobre decisão ou fuga. Assim, podemos muitas vezes pensar em coisas terríveis ou desejáveis sem ordenar a nós mesmos que as tenhamos ou desejemos; mesmo que, por exemplo, nossos corações sejam movidos pelo medo. E se, acrescenta ele, é uma coisa desejável que nos move, ela o faz através de algum outro órgão que não o coração.

§ 815. (Isso ele acrescenta tendo em mente Platão, que localizava as partes da alma em diferentes partes do corpo, a parte irascível, de onde surge o medo, no coração; e a concupiscível em algum outro órgão, como o fígado.) Claramente, então, uma consideração meramente especulativa, mesmo de algo prático, não move por si mesma à ação. Como tal, o intelecto especulativo não é de modo algum uma potência motora.

§ 816. Em seguida, em 'Além disso, quando', ele mostra que nem mesmo o intelecto prático move à ação. Pois quando um homem, diz ele, chega a uma decisão, entendendo que algo deve ser evitado ou perseguido, pode, no entanto, deixar de seguir essa decisão intelectual e seguir seus sentimentos — como fazem as pessoas incontinentes, que sabem o que deve ser feito, mas falham em realizá-lo. Pareceria, portanto, que o mero intelecto não basta para nos mover. De modo semelhante, os médicos podem saber muito bem como recuperar a saúde, mas não a recuperam, porque deixam de colocar em prática suas próprias prescrições. Aparentemente, então, agir de acordo com o conhecimento envolve algo mais além do próprio conhecimento prático.

§ 817. Por fim, em 'Mas nem mesmo a apetição', ele mostra que a própria parte apetitiva não comanda simplesmente nossos movimentos; pois podemos ver pessoas continentais em estado de necessidade e desejo, mas recusando-se a agir de acordo com seus desejos. E o contrário é verdadeiro para os incontinentes, como ele explica mais claramente na *Ética*, Livro VII. Parece, então, que nem a apetição é a causa do movimento.